



Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Novembro/2016



COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO

Concurso Público para provimento de vagas e cadastro reserva de  
**Advogado Júnior**

Nome do Candidato  
Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição  
MODELO

Nº do Caderno  
TIPO-001

Nº do Documento  
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**P R O V A**

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta preta ou azul de material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, impressos ou máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

## Português

**Atenção:** As questões de números 1 a 5 referem-se ao texto abaixo.

*Não cometo esse erro tão comum de julgar os outros por mim. Acredito de bom grado que o que está nos outros possa divergir essencialmente daquilo que está em mim. Não obrigo ninguém a agir como ajo e concebo mil e uma maneiras diferentes de viver; e, contrariamente ao que ocorre em geral, espantam-me bem menos as diferenças entre nós do que as semelhanças. Não imponho a outrem nem meu modo de vida nem meus princípios; encaro-o tal qual é, sem estabelecer comparações. O fato de não ser continente não me impede de admirar e aprovar os Feuillants\* e os capuchinhos que o são; pela imaginação ponho-me muito bem em sua pele e os estimo e honro tanto mais quanto divergem de mim. Aspiro particularmente a que julguem cada qual como é, sem estabelecer paralelos com modelos tirados do comum. Minha fraqueza não altera absolutamente o apreço em que devesse ter quem possui força e vigor. Embora me arraste ao nível do solo, não deixo de perceber nas nuvens, por mais alto que se elevem, certas almas que se distinguem pelo heroísmo. Já é muito para mim ter o julgamento justo, ainda que não o acompanhem minhas ações, e manter ao menos assim incorruptível essa qualidade. Já é muito ter boa vontade, mesmo quando as pernas fraquejam.*

\*Ordem religiosa.

(Extraído de MONTAIGNE, Michel de. "Catão, o jovem", **Ensaios**, trad. Sérgio Milliet, São Paulo, Nova Cultural, 1996, p. 213)

1. Para Montaigne,

- (A) quanto maiores forem as diferenças, mais devem ser respeitadas e valorizadas.
- (B) ao julgar o outro, é preciso colocar-se na sua pele e agir como ele age.
- (C) por frequentes que sejam as diferenças entre os homens, predominam sempre as semelhanças.
- (D) se os leigos são muito diferentes uns dos outros, os religiosos tendem à uniformidade.
- (E) ainda que sejam muito diversas as maneiras de viver, há princípios comuns a todos os homens.

2. *Embora me arraste ao nível do solo, não deixo de perceber nas nuvens, por mais alto que se elevem, certas almas que se distinguem pelo heroísmo.*

Com a frase acima, Montaigne

- (A) adverte aos que subiram muito alto de que podem vir um dia a cair.
- (B) contrapõe a sua humildade ao orgulho dos que se creem heróis.
- (C) deixa entrever a mágoa por não ser reconhecido como um grande homem.
- (D) indica que a maior distância não impede o reconhecimento da posição do outro.
- (E) sugere que estar preso ao solo é um privilégio que os que muito subiram não podem desfrutar.

3. *Embora me arraste ao nível do solo...*

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado acima está também grifado em:

- (A) *O fato de não ser continente não me impede de admirar e aprovar...*
- (B) *... contrariamente ao que ocorre em geral...*
- (C) *... mesmo quando as pernas fraquejam.*
- (D) *Aspiro particularmente a que julguem cada qual como é...*
- (E) *Não cometo esse erro tão comum de julgar os outros por mim.*

4. Atente para as frases abaixo e as afirmações que as acompanham:

I. *Não obrigo ninguém a agir como ajo e concebo mil e uma maneiras diferentes de viver...*

Uma vírgula poderia ser empregada imediatamente depois do verbo *agir*, sem prejuízo para a correção e a clareza.

II. *Não imponho a outrem nem meu modo de vida nem meus princípios...*

No caso do emprego de uma vírgula imediatamente depois do verbo *imponho*, a correção poderia ser mantida desde que se colocasse outra vírgula logo depois da palavra *vida*.

III. *O fato de não ser continente não me impede de admirar e aprovar os Feuillants e os capuchinhos que o são...*

A colocação de uma vírgula imediatamente depois da palavra *capuchinhos* altera o sentido da frase.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

5. Os dois verbos grifados que foram empregados no texto com o mesmo tipo de complemento encontram-se em:

- (A) *Não imponho a outrem nem meu modo de vida nem meus princípios... / ... os Feuillants e os capuchinhos que o são...*
- (B) *... ainda que não o acompanhem minhas ações... / ... mesmo quando as pernas fraquejam.*
- (C) *Não cometo esse erro tão comum de julgar os outros por mim. / Minha fraqueza não altera absolutamente o apreço...*
- (D) *Não cometo esse erro tão comum de julgar os outros por mim. / ... mesmo quando as pernas fraquejam.*
- (E) *Não imponho a outrem nem meu modo de vida nem meus princípios... / ... contrariamente ao que ocorre em geral...*



Atenção: As questões de números 6 a 13 referem-se ao texto abaixo.

Nascido nos Estados Unidos da América em 30 de abril de 1916, Claude E. Shannon obteve o título de doutor no MIT, em 1937, com trabalho notável em "Álgebra de Boole", propondo circuitos elétricos capazes de executar as principais operações da Lógica clássica.

Quatro anos antes (23 de junho de 1912) de seu nascimento, em Londres, nascera Allan M. Turing, que também se interessou por encontrar meios de realizar operações lógicas e aritméticas, fazendo uso de máquinas. Suas ideias resultaram no importante conceito de "Máquina de Turing", paradigma abstrato para a computação, apresentado durante seus estudos, no King's College, em Cambridge, no ano de 1936. Entre 1936 e 1938, Turing viveu em Princeton-NJ onde realizou seu doutorado estudando problemas relativos à criptografia.

Assim, Shannon e Turing, de maneira independente, trabalhavam, simultaneamente, em comunicações e computação, dois tópicos que, combinados, hoje proporcionam recursos antes inimagináveis para o mundo moderno das artes, da ciência, da medicina, da tecnologia e das interações sociais.

Contemporaneamente à eclosão da Segunda Guerra Mundial, Shannon e Turing gestavam ideias abstratas sofisticadas, tentando associá-las ao mundo concreto das máquinas que, gradativamente, tornavam-se fatores de melhoria da qualidade de vida das populações.

A Segunda Grande Guerra utilizou-se de tecnologias sofisticadas para a destruição. Os bombardeios aéreos causaram muitas mortes e devastaram cidades. Evitá-los e preveni-los eram questões de vida ou morte e, para tanto, ouvir as comunicações dos inimigos e decifrar seus códigos era uma atividade indispensável.

Os países do eixo tinham desenvolvido sofisticadas técnicas de comunicação criptografada utilizada para planejar ataques inesperados às forças aliadas. Shannon e Turing, então, com seu conhecimento sofisticado da matemática da informação deduziram as regras alemãs de codificação, levando os aliados a salvar muitas de suas posições de ataques nazistas.

Pode-se dizer que uma boa parte da inteligência de guerra dos aliados vinha desses dois cérebros privilegiados.

Finda a guerra, Shannon passou a trabalhar nos laboratórios Bell, propondo a "Teoria da Informação", em 1948. Com carreira profícua, notável pela longevidade e muitos trabalhos importantes, deixou sua marca nas origens das comunicações digitais. Faleceu aos 85 anos (em 24 de fevereiro de 2001), deixando grande legado intelectual e tecnológico.

Turing, após o término da guerra, ingressou como pesquisador da Universidade de Manchester, sofrendo ampla perseguição por ser homossexual. Mesmo vivendo na avançada Inglaterra, foi condenado à castração química, em 1952. Essa sequência de dissabores levou-o ao suicídio, em 7 de junho de 1954.

Shannon viu sua teoria transformar o mundo, com o nascimento da internet. Turing, entretanto, não viu sua máquina se transformar em lap-tops e tablets que hoje povoam, até, o imaginário infantil.

(PIQUEIRA, José Roberto Castilho. "Breve contextualização histórica", In: "Complexidade computacional e medida da informação: caminhos de Turing e Shannon", **Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo, v. 30, n. 87, Maio/Agosto 2016, p.340-1)

6. De acordo com o texto, é correto afirmar:

- (A) As sofisticadas tecnologias de destruição, empregadas na Segunda Guerra Mundial, só puderam ser desenvolvidas pelos aliados a partir do momento em que Shannon e Turing conseguiram realizar a dedução das regras alemãs de codificação.
- (B) Ainda que os trabalhos de Shannon e Turing tenham sido fundamentais para o desenvolvimento das artes, da ciência, da medicina, da tecnologia e das interações sociais, eles acabaram sendo aplicados, na Segunda Guerra Mundial, para a destruição.
- (C) A eclosão da Segunda Guerra Mundial acabou interrompendo as pesquisas de Shannon e Turing, que só recentemente viriam a ser retomadas de modo a propiciar recursos impensáveis nos mais diversos campos do conhecimento, como as artes, a ciência e a medicina.
- (D) Shannon e Turing foram diretamente responsáveis pelas descobertas que levaram os aliados à decodificação de mensagens cifradas pelos países do eixo, o que acabou evitando a destruição de muitos locais ocupados pelas forças aliadas.
- (E) Por mais complexas que fossem as técnicas de comunicação criptografada dos países do eixo, elas não eram tão avançadas como aquelas desenvolvidas pelos aliados, a partir dos trabalhos realizados de maneira independente por Shannon e Turing.

7. Depreende-se corretamente do texto o contraste entre

- (A) os estudos de Shannon, voltados somente para a especulação teórica e abstrata, e as pesquisas de Turing, dedicadas à aplicação prática da teoria e do conhecimento lógico-matemático.
- (B) o sucesso das pesquisas de Shannon, que acabaram transformando o mundo, e o alcance mais restrito do trabalho de Turing, em função da perseguição de que foi vítima e que o levou a uma morte precoce.
- (C) o desenvolvimento de tecnologias de destruição em massa pelos nazistas e a busca pelos países aliados de uma tecnologia que os levasse à vitória, mas evitasse grandes danos à população civil dos países do eixo.
- (D) as excepcionais condições para o desenvolvimento da pesquisa nos Estados Unidos e as dificuldades que os cientistas enfrentavam para desenvolver seu trabalho na Inglaterra, antes mesmo da eclosão da guerra.
- (E) as pesquisas que Shannon e Turing desenvolviam para aperfeiçoar as condições da vida humana e as tecnologias desenvolvidas no contexto da guerra, voltadas para a destruição.



8. No contexto, as palavras *paradigma* (2º parágrafo), *criptografada* (6º parágrafo) e *profícua* (8º parágrafo) adquirem, respectivamente, o sentido de:
- (A) dispositivo, decodificada, frutífera.
  - (B) marco, cifrada, prolongada.
  - (C) modelo, cifrada e frutífera.
  - (D) programa, oculta, prolongada.
  - (E) marco, decodificada, ímpar.

9. ... ouvir as comunicações dos inimigos e decifrar seus códigos era uma atividade indispensável.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado acima está em:

- (A) Quatro anos antes (23 de junho de 1912) de seu nascimento, em Londres, nascera Allan M. Turing...
- (B) ... Shannon e Turing gestavam ideias abstratas sofisticadas...
- (C) A Segunda Grande Guerra utilizou-se de tecnologias sofisticadas para a destruição.
- (D) ... dois tópicos que [...] hoje proporcionam recursos antes inimagináveis...
- (E) Os bombardeios aéreos causaram muitas mortes...

10. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi feita corretamente em:

- (A) gestavam ideias abstratas sofisticadas = gestavam-nas
- (B) obteve o título de doutor = obteve-no
- (C) deduziram as regras alemãs de codificação = lhes deduziram
- (D) povoam [...] o imaginário infantil = povoam-lo
- (E) decifrar seus códigos = decifrar-lhes

11. ... uma boa parte da inteligência de guerra dos aliados vinha desses dois cérebros privilegiados.

O verbo transitivo empregado com o mesmo tipo de complemento com que foi empregado o verbo grifado acima está em:

- (A) ... lap-tops e tablets que hoje povoam, até, o imaginário infantil.
- (B) Suas ideias resultaram no importante conceito de "Máquina de Turing"...
- (C) Os bombardeios aéreos causaram muitas mortes...
- (D) Faleceu aos 85 anos...
- (E) Shannon e Turing, então, com seu conhecimento sofisticado da matemática da informação deduziram as regras alemãs de codificação...

12. Mesmo vivendo na avançada Inglaterra, foi condenado à castração química, em 1952.

Na frase acima, a conjunção grifada apresenta sentido

- (A) consecutivo.
- (B) condicional.
- (C) concessivo.
- (D) temporal.
- (E) causal.

13. Os países do eixo tinham desenvolvido sofisticadas técnicas de comunicação criptografada...

A transposição da frase acima para a voz **passiva** tem como resultado a forma verbal:

- (A) tinham sido desenvolvidos.
- (B) tinha sido desenvolvida.
- (C) desenvolveram-nas.
- (D) tinha desenvolvido.
- (E) tinham sido desenvolvidas.



14. A frase com pontuação inteiramente adequada é:

- (A) Se a perseguição que levou Turing ao suicídio já deveria ser lastimada por constituir flagrante intolerância, e atentado, à liberdade de opção sexual é ainda mais deplorável, quando se pensa nas muitas vidas, que em função de seu papel na Segunda Guerra Mundial devem ter sido salvas.
- (B) Se a perseguição que levou Turing ao suicídio, já deveria ser lastimada, por constituir flagrante intolerância e atentado à liberdade de opção sexual, é ainda mais deplorável, quando se pensa nas muitas vidas que em função de seu papel na Segunda Guerra Mundial, devem ter sido salvas.
- (C) Se a perseguição que levou Turing ao suicídio já deveria ser lastimada por constituir flagrante intolerância e atentado à liberdade de opção sexual, é ainda mais deplorável quando se pensa nas muitas vidas que, em função de seu papel na Segunda Guerra Mundial, devem ter sido salvas.
- (D) Se a perseguição que levou Turing ao suicídio, já deveria ser lastimada por constituir flagrante intolerância e atentado à liberdade de opção sexual, é ainda mais deplorável quando se pensa nas muitas vidas que, em função de seu papel na Segunda Guerra Mundial devem ter sido salvas.
- (E) Se a perseguição, que levou Turing ao suicídio já deveria ser lastimada por constituir flagrante intolerância e atentado à liberdade de opção sexual é, ainda mais, deplorável quando se pensa nas muitas vidas que em função de seu papel, na Segunda Guerra Mundial, devem ter sido salvas.

15. A frase redigida com correção e clareza é:

- (A) Cada vez mais as pesquisas feitas com animais são colocadas em cheque, principalmente no que se referem a procedimentos que impliquem prejuízos à sua saúde e ao seu bem-estar.
- (B) A genética, um dos campos da ciência ao mesmo tempo mais promissores e mais controversos, dedicando-se eventualmente ao estudo de tópicos em que não despertam qualquer polêmica.
- (C) Embora pesquisas e mais pesquisas são feitas para aprofundar o conhecimento da antiquíssima relação entre o homem e o cão, algo de inalienável irá sempre permanecer.
- (D) O mesmo motivo porque muitas pessoas gostam de cachorros pode ser invocado por quem deles desgostam, isto é, a necessidade que sentem de estar o tempo todo ao lado do dono.
- (E) Há pessoas que pagam uma fortuna para ter um cão de raça exótica, ao passo que outros, mesmo tendo uma condição financeira privilegiada, optam por adotar um vira-lata abandonado.

#### Raciocínio Lógico-Matemático

16. O vigia externo de uma fábrica inicia sua ronda a cada 40 minutos. Já o vigia interno da mesma fábrica inicia a sua ronda a cada 25 minutos. Sabe-se que esses dois vigias iniciam o turno de trabalho ao mesmo tempo, já realizando a primeira ronda. Desconsiderando o tempo gasto em cada uma das rondas, em doze horas de turno, os dois vigias iniciarão simultaneamente as rondas em um número de vezes igual a

- (A) 1.
- (B) 3.
- (C) 2.
- (D) 4.
- (E) 5.

17. Em volta de uma mesa circular estão sentadas 21 pessoas que ocupam as 21 cadeiras que lá estão. Cada uma destas pessoas será nomeada com uma letra do alfabeto, iniciando-se com a letra A, no sentido horário, sem saltar qualquer pessoa. Nessa nomeação foi utilizada a letra K. Após a nomeação, 5 pessoas mudaram de lugar: a pessoa A ocupou o lugar da pessoa E, que por sua vez ocupou o lugar da pessoa I, que por sua vez ocupou o lugar da pessoa O, que por sua vez ocupou o lugar da pessoa U, que por sua vez ocupou o lugar da pessoa A. Mais mudanças ocorreram: a pessoa F e a pessoa P trocaram de lugar, o mesmo acontecendo entre as pessoas S e K e também entre as pessoas Q e D. Após todas as trocas e considerando o menor grupo de pessoas que estão sentadas entre M e T, essas pessoas estão nomeadas com as letras

- (A) N; I; F; Q; R; K.
- (B) F; D; R; S; O; N.
- (C) K; R; D; F; I; N.
- (D) B; C; Q; P; G.
- (E) J; S; L; N; I; F; D.

18. Se a gasolina acabou ou apareceu um defeito, então o motor apagou. Uma afirmação equivalente a esta é

- (A) a gasolina acabou ou apareceu um defeito e o motor apagou.
- (B) se o motor apagou, então a gasolina acabou ou apareceu um defeito.
- (C) apareceu um defeito e a gasolina acabou e o motor não apagou.
- (D) a gasolina acabou e não apareceu um defeito e o motor apagou.
- (E) se o motor não apagou, então não apareceu um defeito e a gasolina não acabou.



19. Edson não gosta de frango ou Marilda gosta de feijão e gosta de arroz. Uma afirmação que corresponda à negação lógica dessa é
- (A) Marilda não gosta de arroz ou não gosta de feijão e Edson gosta de frango.
  - (B) Edson gosta de frango e Marilda não gosta de feijão e não gosta de arroz.
  - (C) Se Edson não gosta de frango, então Marilda gosta de feijão e arroz.
  - (D) Se Marilda não gosta de feijão e arroz, então Edson gosta de frango.
  - (E) Edson gosta de arroz e Marilda gosta de frango e feijão.
- 
20. Ao considerar a afirmação: “*todos os motoristas habilitados são habilitados*”, como sendo uma afirmação falsa, então é verdade que
- (A) os motoristas não habilitados são habilitados.
  - (B) os motoristas habilitados não são habilitados.
  - (C) há motorista habilitado que não é habilitado.
  - (D) a maioria dos motoristas habilitados não são habilitados.
  - (E) há motorista habilitado que não é habilitado.
- 
21. Considere as afirmações verdadeiras:
- I. Se chove, então o nível do rio sobe.
  - II. Se o nível do rio não sobe, então dá para pescar.
  - III. Se o nível do rio sobe, então dá para saltar da ponte.
  - IV. Não deu para saltar da ponte.
- A partir dessas afirmações é correto concluir que
- (A) o nível do rio subiu.
  - (B) não saltei da ponte porque é perigoso.
  - (C) não choveu e o nível do rio subiu.
  - (D) deu para pescar.
  - (E) choveu.
- 
22. Considere as afirmações verdadeiras:
- I. Qualquer animal cachorro tem quatro patas.
  - II. Nem todos os animais tem quatro patas.
  - III. Há animais de quatro patas que são vertebrados.
  - IV. As aves possuem apenas duas patas.
- A partir dessas informações é correto concluir que
- (A) há ave que possui quatro patas.
  - (B) as aves não são animais vertebrados.
  - (C) os cachorros não são vertebrados.
  - (D) as aranhas são animais vertebrados.
  - (E) os cachorros não são aves.
- 
23. A sequência numérica  $\frac{1}{2}; \frac{3}{4}; \frac{5}{6}; \frac{7}{8}; \dots$  é ilimitada e criada seguindo o mesmo padrão lógico. A diferença entre o 500º e o 50º termos dessa sequência é igual a
- (A) 0,9.
  - (B) 9.
  - (C) 0,009.
  - (D) 0,09.
  - (E) 0,0009.



24. Ao todo são 92 pessoas entre Arquitetos (**A**), Urbanistas (**U**) e Engenheiros (**E**).
- Considere as informações a seguir, com as respectivas legendas, e sabendo que uma pessoa pode exercer mais de uma dessas funções.
- I. São **A** e **U** apenas, 15 pessoas.
  - II. São **A** e **E** apenas, 12 pessoas.
  - III. São **E** e **U** apenas, 7 pessoas.
  - IV. Dentre aqueles que exercem apenas uma dessas funções, há quatro Urbanistas a mais que Arquitetos, e quatro Engenheiros a mais que Urbanistas.
  - V. Os que exercem apenas uma função, ao todo, são quatro pessoas a menos do que aqueles que exercem as três funções.
- A partir dessas informações é correto determinar que o número total de engenheiros é
- (A) 60.
  - (B) 63.
  - (C) 61.
  - (D) 64.
  - (E) 62.
- 
25. A sequência: 1A; 2AE; 3AEI; 4AEIO; 5AEIOU; 6AEIO; 7AEI; 8AE; 9A; 10AE; 11AEI; 12AEIO; . . ., ilimitada, mantém o mesmo padrão lógico. Cada termo dessa sequência é composto por um certo número de símbolos gráficos, sejam algarismos ou letras. O décimo primeiro termo, que é 11AEI, é formado por cinco símbolos gráficos: 1, 1, A, E, e I. O milésimo décimo quarto termo dessa sequência é formado por um número de símbolos gráficos igual a
- (A) 5.
  - (B) 6.
  - (C) 7.
  - (D) 8.
  - (E) 9.

### Inglês

**Atenção:** As questões de números 26 a 28 referem-se ao texto abaixo.

#### Judges Push Brevity in Briefs, and Get a Torrent of Arguments

By ELIZABETH OLSON  
OCT. 3, 2016

*The Constitution of the United States clocks in at 4,543 words. Yet a number of lawyers contend that 14,000 words are barely enough to lay out their legal arguments.*

*That's the maximum word count for briefs filed in federal appellate courts. For years, judges have complained that too many briefs are repetitive and full of outmoded legal jargon, and that they take up too much of their time.*

*A recent proposal to bring the limit down by 1,500 words unleashed an outcry among lawyers.*

*Lawyers in criminal, environmental and securities law insisted that briefs' lengths should not be shortened because legal issues and statutes are more complex than ever.*

*As a result, the new word limit – which takes effect on Dec. 1 – will be 13,500 words, a reduction of only 500 words. And appellate judges will have the freedom to opt out of the limits.*

*The new limit may not provide much relief for judges deluged with verbose briefs.*

*While workloads vary, according to federal court data, the average federal appeals court judge, for example, might need to read filings for around 1,200 cases annually.*

*That amount of reading – especially bad reading – can thin the patience of even the most diligent judge.*

*Briefs “are too long to be persuasive,” said Laurence H. Silberman, a judge on the United States Court of Appeals for the District of Columbia Circuit.*

*In arguing against a reduction of words, the American Academy of Appellate Lawyers urged singling out “bad briefs” rather than only lengthy ones. It advised courts to “post on their court websites short videos outlining how to write a decent brief.”*

*Robert N. Markle, a federal appellate lawyer, has argued – in his own personal view, not the government's – that the limit should be reduced to 10,000 words. In a typical case, he said, “nothing justifies even approaching, much less reaching or exceeding 14,000 words.”*

*Still, he acknowledged that the cut of 500 words “was at least a start.”*

(Adapted from [http://www.nytimes.com/2016/10/04/business/dealbook/judges-push-brevity-in-briefs-and-get-a-torrent-of-arguments.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2016/10/04/business/dealbook/judges-push-brevity-in-briefs-and-get-a-torrent-of-arguments.html?_r=0))

26. A melhor tradução para *are barely enough*, no trecho *Yet a number of lawyers contend that 14,000 words are barely enough to lay out their legal arguments*, é
- (A) são absolutamente insuficientes.
  - (B) são mais do que suficientes.
  - (C) são certamente suficientes.
  - (D) quase não são suficientes.
  - (E) são quase suficientes.



27. No trecho *they take up too much of their time*, os pronomes *they* e *their* referem-se, respectivamente, a
- (A) briefs – federal appellate courts.
  - (B) judges – federal appellate courts.
  - (C) briefs – judges.
  - (D) judges – briefs.
  - (E) federal appellate courts – judges.

28. Segundo se infere do texto,
- (A) o advogado Markle acha excessivo o limite de 14.000 palavras para os recursos.
  - (B) boa parte dos advogados apoiaria uma redução de 1.500 palavras nos recursos.
  - (C) os juízes não se importam de ler recursos mal escritos desde que não ultrapassem 14.000 palavras.
  - (D) a American Academy of Appellate Lawyers não crê que haja um modelo para se redigir recursos.
  - (E) o juiz Silberman acredita que a complexidade de certos casos exige uma argumentação mais longa.

Atenção: As questões de números 29 e 30 referem-se ao texto abaixo.

*Subway and local train systems pose many of the same obstacles as airports for security professionals. Their efficacy relies on efficiency: People want to be able to get in and out as quickly as possible. But in both Delhi and Mumbai, subway lines often stretch out of the stations, as people patiently wait to put their bags through an X-ray machine and walk through a metal detector. Do citizens accept it because it's always been that way? Or is the memory of the 2006 and 2008 attacks in Mumbai fresh enough that they are willing to take on the inconvenience, as long as it translates to safety? Programs like Global Entry and TSA PreCheck in the U.S. have been employed to increase the number of "known travelers" (and speed up the process when security risks are low), but recent news of a flight attendant who was part of TSA's Known Crewmember program – found with 70 pounds of cocaine in her carry-on – shows that no system is flawless.*

*Subways hold mass appeal because of their convenience, and it seems unlikely that the Delhi model could be replicated in other large public transit systems. Delhi has a daily ridership of about 2.3 million passengers, and the X-ray machines and metal detectors already act as a bottleneck to service. (New York, by comparison, has a daily ridership of about 6 million.) "Airport-style security in a train station or metro would be extremely cumbersome, given the much larger number of passengers using metro systems on a daily basis," says Matthew Finn, a London-based security specialist. Instead, he sees a different approach as a solution to metro security: "There are roles for other security layers, such as explosive detection canine units, real-time video analysis, behavioral analysis, and passive explosive trace detection systems."*

(Adapted from <http://www.cntraveler.com/stories/2016-03-25/brussels-attacks-expose-global-weaknesses-in-airport-subway-security>)

29. De acordo com o texto,
- (A) passageiros do metrô de Mumbai precisam passar por um detector de metais antes de embarcar.
  - (B) os metrôes na Índia são mais seguros do que os americanos.
  - (C) graças ao programa Known Crewmember, da TSA (Transportation Security Administration), foi possível identificar uma comissária que levava 70 libras de cocaína na bagagem de mão.
  - (D) as estações de metrô em Mumbai e Delhi estão mal dimensionadas para o número de passageiros que usam esse transporte diariamente, o que causa atraso no embarque.
  - (E) apesar dos ataques de 2006 e 2008 em Mumbai, os indianos prefeririam um sistema de controle de passageiros mais rápido.

30. Segundo o texto,
- (A) o custo-benefício de sistemas de detecção de explosivos em estações de metrô não seria vantajoso na Índia.
  - (B) o sistema de segurança do metrô de Delhi deveria ser replicado em outras grandes cidades.
  - (C) devido ao alto número de passageiros que usa o metrô diariamente, seria conveniente haver um sistema de segurança mais eficaz nas grandes metrópoles.
  - (D) por oferecer perigo à população, sistemas que usam cães para detectar explosivos não seriam uma alternativa viável ao detector de metais.
  - (E) no geral, seria muito difícil implantar nos metrôes um sistema de segurança similar ao dos aeroportos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Frederico nasceu no país "X" e veio para o Brasil com 21 anos de idade. Após alguns anos, preenchidos os requisitos necessários, naturalizou-se brasileiro. Solteiro, sem filhos e sem nenhum familiar no país, após sua naturalização, restou comprovado seu envolvimento com o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. De acordo com a Constituição Federal, neste caso, a extradição
- (A) apenas será permitida, se Frederico tiver se envolvido em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins antes da naturalização.
  - (B) não será permitida, em qualquer hipótese, pois não poderá ocorrer quando se tratar de brasileiro, seja nato ou naturalizado.
  - (C) será permitida, na forma da lei, mesmo que o envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins tenha ocorrido após a naturalização.
  - (D) será permitida, tanto para brasileiros natos quanto naturalizados, quando se tratar de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
  - (E) apenas será permitida, se Frederico tiver renunciado à nacionalidade brasileira antes da condenação definitiva pelo envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- 
32. João, brasileiro nato, casou-se com Giulia, italiana nata, e, desempregado, foi com ela morar na Itália, onde nasceu Luna, filha do casal. Luna não foi registrada em repartição pública brasileira e, ao atingir a maioridade, veio a residir no Brasil onde fez a opção pela nacionalidade brasileira. Eleita Deputada Federal, candidatou-se à Presidência da Câmara dos Deputados. Para esse cargo que pleiteia, de acordo com a Constituição Federal, Luna
- (A) poderá ser eleita, uma vez que é brasileira nata e esse cargo é privativo de brasileiro nato.
  - (B) poderá ser eleita, uma vez que é brasileira naturalizada e esse cargo é privativo de brasileiro, seja nato ou naturalizado.
  - (C) poderá ser eleita, independentemente da sua nacionalidade, uma vez que podem exercer esse cargo tanto os brasileiros, natos ou naturalizados, como os estrangeiros.
  - (D) não poderá ser eleita, pois não tendo sido registrada em repartição pública brasileira, é considerada brasileira naturalizada, sendo esse cargo privativo de brasileiro nato.
  - (E) somente poderá ser eleita se requerer a naturalização brasileira e esta for deferida pelo Presidente da República, sendo esse cargo privativo de brasileiro, seja nato ou naturalizado.
- 
33. Sob o argumento de violação do direito à vida e à dignidade da pessoa humana, o Procurador-Geral da República propôs ação direta de inconstitucionalidade contra determinado artigo da Lei Federal "X". O Procurador-Geral da República
- (A) não possui legitimidade para propor a referida ação, sendo esta exclusiva do Presidente da República, e será julgada pelo Supremo Tribunal Federal, cuja decisão definitiva de mérito produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
  - (B) possui legitimidade para propor referida ação, que será julgada pelo Supremo Tribunal Federal, cuja decisão definitiva de mérito produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
  - (C) não possui legitimidade para propor referida ação, sendo esta exclusiva do Presidente da República, e será julgada pelo Superior Tribunal de Justiça, cuja decisão definitiva de mérito produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
  - (D) possui legitimidade para propor referida ação, que será julgada pelo Supremo Tribunal Federal, cuja decisão definitiva de mérito produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Legislativo e exclusivamente à Administração pública direta, nas esferas federal, estadual e municipal.
  - (E) possui legitimidade para propor referida ação, que será julgada pelo Superior Tribunal de Justiça, cuja decisão definitiva de mérito produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, exclusivamente na esfera federal.



34. Alberto, estudante de Direito, está aprendendo sobre a defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Leu na Constituição Federal que, no Brasil, para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional pode, o Presidente da República,
- (A) decretar o estado de sítio, ouvidos o Conselho de Defesa Nacional e o Conselho Nacional de Justiça, sendo indicadas, no decreto que o instituir, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre elas a obrigação de permanência em localidade determinada, a restrição ao direito de reunião e a requisição de bens.
  - (B) solicitar ao Supremo Tribunal Federal autorização para decretar o estado de sítio, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, sendo indicadas, no decreto que o instituir, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre elas a busca e apreensão em domicílio, a intervenção nas empresas de serviços públicos e a requisição de bens.
  - (C) solicitar ao Congresso Nacional prévia autorização para decretar o estado de defesa, ouvidos o Conselho de Política e de Administração e ao Conselho de Justiça, sendo indicadas, no decreto que o instituir, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre elas a obrigação de permanência em localidade determinada, a detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns e a suspensão da liberdade de reunião.
  - (D) decretar o estado de sítio, ouvidos o Conselho Nacional de Justiça e o Congresso Nacional, sendo indicadas, no decreto que o instituir, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre elas a intervenção nas empresas de serviços públicos e a requisição de bens.
  - (E) decretar estado de defesa, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, contendo o decreto que o instituir, entre outras indicações, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre elas a restrição aos direitos de reunião e sigilo de correspondência.
35. Orestes tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pelo quinto constitucional há um ano. De acordo com a Constituição Federal, Orestes
- (A) goza da garantia da vitaliciedade, dependendo a perda do cargo de deliberação administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
  - (B) apenas gozará da garantia da vitaliciedade após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo de decisão judicial transitada em julgado.
  - (C) goza da garantia da vitaliciedade, dependendo a perda do cargo de decisão judicial transitada em julgado.
  - (D) apenas gozará da garantia da vitaliciedade após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo de deliberação administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
  - (E) não goza da garantia da vitaliciedade, pois esta é garantida apenas aos juízes que ingressam na carreira por meio de concurso público, podendo perder o cargo por decisão administrativa.
36. Walter deseja concorrer às eleições presidenciais e verificou que, de acordo com a Constituição Federal, será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos. Se, entretanto, nenhum candidato alcançar a maioria absoluta na primeira votação,
- (A) far-se-á nova eleição no prazo máximo de trinta dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados, considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos.
  - (B) será eleito o candidato mais votado, independente de novas eleições.
  - (C) o Congresso Nacional, em até vinte dias após a proclamação do resultado, elegerá o novo Presidente.
  - (D) far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.
  - (E) o Congresso Nacional, em até trinta dias após a proclamação do resultado, mediante votação realizada entre seus membros, elegerá o novo Presidente.

#### **Direito Administrativo**

37. Foi aberta licitação com a finalidade de realizar obras e serviços de engenharia no Metrô de São Paulo para modernizá-lo e expandi-lo. O valor estimado da contratação é de R\$ 1.600.000,00. A licitação será feita mediante
- (A) tomada de preços, modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
  - (B) tomada de preços, modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
  - (C) convite, modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro horas da apresentação das propostas.
  - (D) concorrência, modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
  - (E) concorrência, modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.



38. Lauro, no exercício de cargo público em órgão da Administração direta da União, deixou de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação. Lauro, independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, ficará sujeito ao ressarcimento integral do dano, se houver, perda
- (A) da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, salvo quando for por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos, podendo ser aplicadas, essas cominações, isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.
  - (B) da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor da remuneração percebida e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos, podendo ser aplicadas, essas cominações, isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.
  - (C) dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor da remuneração percebida e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos, podendo ser aplicadas, essas cominações, isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.
  - (D) da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos, podendo ser aplicadas, essas cominações, isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.
  - (E) dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até dez vezes o valor da remuneração percebida e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos, devendo ser aplicadas, essas cominações, cumulativamente, em razão da gravidade do fato.

---

#### Direito Civil

39. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Clodoaldo sofreu um grave acidente com sua bicicleta encontrando-se com diversas sequelas consolidadas e, sendo assim, de forma permanente, não pode exprimir sua vontade.
- II. Em razão de um acidente vascular cerebral, Cindy está com paralisia temporária de alguns músculos corporais. Dessa forma, transitoriamente, não pode exprimir sua vontade.
- III. Marta, quinze anos de idade, é uma adolescente exemplar. É estudiosa, não usa nenhum tipo de drogas e pratica diversos esportes.
- IV. Danilo, vinte e nove anos de idade, é solteiro, tendo sido diagnosticado por diversos médicos como pródigo uma vez que possui gastos financeiros sem controle, que podem afetar o seu patrimônio.

De acordo com o Código Civil brasileiro, são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os indicados APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e III.

- 
40. Bromélia celebrou negócio jurídico com Camélia, que é relativamente incapaz para exercer determinados atos da vida civil. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, esta incapacidade relativa

- (A) não pode ser invocada por Bromélia em benefício próprio, nem aproveita, em regra, aos cointeressados capazes.
- (B) não pode ser invocada por Bromélia em benefício próprio, mas aproveita, em regra, aos cointeressados capazes.
- (C) pode ser invocada por Bromélia em benefício próprio e aproveita, em regra, aos cointeressados capazes, observando-se o princípio da vinculação objetiva dos negócios jurídicos.
- (D) pode ser invocada por Bromélia em benefício próprio e aproveita, sempre, aos cointeressados capazes, observando-se o princípio da vinculação subjetiva dos negócios jurídicos.
- (E) não pode ser invocada por Bromélia em benefício próprio, nem aproveita, em nenhuma hipótese, aos cointeressados capazes, sendo vedado pelo referido diploma legal qualquer exceção.



41. Em janeiro de 2010, Fabiana e Fernanda se desentenderam dentro de ônibus pertencente a empresa "XYZ". Deste desentendimento resultou em um braço quebrado de Fernanda, tendo a referida empresa providenciado o imediato socorro médico. Estando financeiramente em situação difícil, e sendo totalmente inocente no desentendimento ocorrido no ano de 2010, Fernanda pretende, no mês de dezembro de 2016, ajuizar ação para reparação civil, em face de Fabiana e da empresa "XYZ". Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro,
- (A) Fernanda somente poderá ajuizar a referida ação em face de Fabiana uma vez que o fato se trata de hipótese de responsabilidade civil subjetiva ainda não prescrita.
  - (B) a pretensão desta reparação civil está prescrita, em razão do prazo prescricional de dois anos previsto no referido diploma legal.
  - (C) a pretensão desta reparação civil está prescrita, em razão do prazo prescricional de três anos previsto no referido diploma legal.
  - (D) Fernanda poderá ajuizar a referida ação em face de Fabiana e da empresa "XYZ" uma vez que o prazo prescricional previsto no referido diploma legal é de oito anos.
  - (E) Fernanda poderá ajuizar a referida ação em face de Fabiana e da empresa "XYZ" uma vez que o fato trata de hipótese de responsabilidade civil subjetiva ainda não prescrita.
- 
42. O conhecimento a respeito dos direitos autorais se faz necessário em razão de veiculação de qualquer tipo de propaganda. Assim, considere:
- I. Os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções.
  - II. As obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética.
  - III. As ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais.
  - IV. Os nomes e títulos isolados.
- De acordo com a Lei nº 9.610/1998, NÃO são objeto de proteção como direitos autorais de que trata a referida Lei, o que consta APENAS em
- (A) II e III.
  - (B) I, III e IV.
  - (C) II, III e IV.
  - (D) I e II.
  - (E) I e IV.

#### Direito Processual Civil

43. No tocante a denunciação da lide, considere:
- I. O direito regressivo não poderá ser exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.
  - II. Admite-se até duas denunciações sucessivas, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo.
  - III. Feita a denunciação pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante, sendo, porém, vedado ao denunciado acrescentar novos argumentos à petição inicial, havendo expressa vedação legal neste sentido.
  - IV. Feita a denunciação pelo réu se o denunciado contestar o pedido formulado pelo autor, o processo prosseguirá tendo, na ação principal, em litisconsórcio, denunciante e denunciado.
- De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
  - (B) IV.
  - (C) I e II.
  - (D) I, III e IV.
  - (E) I e IV.
- 
44. Considere a seguinte situação hipotética: Golias é juiz de direito e assumiu na data de hoje a titularidade da X Vara Cível do Foro Central da Capital – SP. Ao assumir a referida vara Golias se deparou com situações distintas nos processos A, B e C. No processo A está postulando como defensora pública do réu a esposa de seu tio. No processo B está postulando como advogado do autor sua cunhada. E, no processo C está postulando como Membro do Ministério Público a atual esposa de seu avô, que não é a sua avó. Nestes casos, de acordo com o Código de Processo Civil, Golias
- (A) não está impedido de exercer as suas funções em nenhum dos processos, uma vez que há, apenas, hipótese de suspensão do juiz nos processos A, B e C.
  - (B) está impedido de exercer as suas funções apenas nos processos A e B e com relação ao processo C há suspeição.
  - (C) está impedido de exercer as suas funções apenas nos processos B e C e com relação ao processo A há suspeição.
  - (D) está impedido de exercer as suas funções apenas no processo B, e nos demais processos há suspeição.
  - (E) está impedido de exercer as suas funções nos processos A, B e C.



45. Caio é advogado militante na área cível. Em razão da vigência do novo Código de Processo Civil, Caio está com dúvidas na contagem dos prazos processuais. Assim, consulta sua colega, a advogada, Vera. Esta lhe explica corretamente que
- (A) será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
  - (B) contam-se, em regra, os prazos incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
  - (C) os prazos processuais contam-se de forma corrida, incluindo finais de semana e feriados.
  - (D) quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão o comparecimento após decorridas vinte e quatro horas.
  - (E) suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 22 de dezembro e 22 de janeiro, inclusive.
- 
46. De acordo com o Código de Processo Civil, o juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada,
- (A) de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, tratando-se de decisão irrecurável.
  - (B) de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, tratando-se de decisão recorrível, através de agravo de instrumento dentro do prazo de dez dias.
  - (C) a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, tratando-se de decisão irrecurável, sendo vedado ao magistrado decidir de ofício neste caso.
  - (D) a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, tratando-se de decisão recorrível, através de agravo de instrumento dentro do prazo de quinze dias, sendo vedado ao magistrado decidir de ofício neste caso.
  - (E) exclusivamente a requerimento das partes, tratando-se de decisão recorrível, através de agravo de instrumento dentro do prazo de quinze dias.
- 

#### **Direito Penal**

47. Descaracteriza o crime de peculato doloso a
- (A) reparação do dano anterior à sentença irrecurável.
  - (B) destinação a instituição de caridade do dinheiro desviado dos cofres públicos.
  - (C) conduta negligente do agente consistente em concorrer culposamente para o crime de outrem.
  - (D) intenção expressa do agente de efetuar a reposição do dinheiro desviado.
  - (E) apropriação de bens particulares sob guarda temporária do poder público.
- 
48. Paulo instigou José a agredir João, por ter deixado de pagar uma dívida; Pedro ajudou Antonio a subtrair roupas de uma loja, colocando-as em uma sacola; e Tício, chefe de uma quadrilha, dividiu as tarefas dos comparsas que contratou para cometerem um roubo por ele idealizado. Nesse caso, Paulo, Pedro e Tício são, respectivamente,
- (A) coautor, coautor e partícipe.
  - (B) coautor, partícipe e partícipe.
  - (C) partícipe, coautor e partícipe.
  - (D) partícipe, coautor e coautor.
  - (E) coautor, partícipe e coautor.
- 
49. Cícerus e Claudius entraram em uma loja e furtaram dinheiro de um dos caixas, valendo-se do fato da gaveta estar aberta e o funcionário ausente. Quando saíam do local, foram surpreendidos pelo vigia, contra o qual efetuaram disparos de arma de fogo, sem atingi-lo, mas garantindo o sucesso da fuga, a detenção da coisa furtada e a impunidade, fugindo, a seguir, do local. Cícerus e Claudius cometeram crime de
- (A) apropriação indébita.
  - (B) furto qualificado pelo concurso de agentes.
  - (C) extorsão.
  - (D) furto simples.
  - (E) roubo impróprio.
- 
50. O sistema trifásico de aplicação da pena adotado pelo Código Penal brasileiro obedece a seguinte ordem:
- (A) análise das circunstâncias atenuantes e agravantes, análise das causas de diminuição e aumento de pena, fixação da pena base.
  - (B) fixação da pena base, análise das circunstâncias atenuantes e agravantes, análise das causas de diminuição e aumento de pena.
  - (C) fixação da pena base, análise das causas de diminuição e aumento de pena, análise das circunstâncias atenuantes e agravantes.
  - (D) análise das causas de diminuição e aumento de pena, análise das circunstâncias atenuantes e agravantes, fixação da pena base.
  - (E) análise das circunstâncias atenuantes e agravantes, fixação da pena base, análise das causas de diminuição e aumento de pena.
-

**Direito Processual Penal**

51. A prisão preventiva

- (A) pode ser decretada para a garantia da ordem econômica.
- (B) só pode ser decretada enquanto perdurar o clamor público do delito.
- (C) não pode ser decretada na fase do inquérito policial.
- (D) só pode ser decretada se houver representação da autoridade policial.
- (E) decretada no curso da instrução processual, só pode ser revogada se a sentença final for absolutória.

52. O inquérito policial

- (A) será presidido pelo Ministério Público.
- (B) poderá ser arquivado por determinação do Delegado-Geral de Polícia.
- (C) deverá estar concluído no prazo improrrogável de 30 dias.
- (D) será instaurado de ofício pela autoridade policial nos crimes de ação pública.
- (E) é indispensável para a instauração da ação penal.

**Direito Tributário**

53. Considere:

- I. Partidos políticos.
- II. Fundações de partidos políticos.
- III. Entidades sindicais dos trabalhadores.
- IV. Entidades sindicais dos empregadores.

Observados os requisitos legais, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, cobrar impostos sobre o patrimônio, a renda ou serviços dos entes indicados APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) III.

54. No tocante as obrigações tributárias, considere:

- I. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.
- II. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- III. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- IV. A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e II.

**Direito Empresarial**

55. Laís irá prestar determinado concurso público e, para isso, além de outras matérias, deve estudar sobre os contratos de transporte. Aprendeu que, de acordo com o Código Civil, por esse contrato, alguém se obriga, mediante retribuição, a transportar, de um lugar para outro, pessoas ou coisas e que, com relação ao transporte de

- (A) pessoas, o transportador responde pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, salvo motivo de força maior, sendo nula qualquer cláusula excludente da responsabilidade.
- (B) de coisas, havendo dúvida acerca de quem seja o destinatário, o transportador deve depositar a mercadoria em juízo, ainda que obtenha instruções do remetente; mesmo se a demora puder ocasionar a deterioração da coisa, o transportador não poderá vendê-la.
- (C) de coisas, ao transportador não poderá, em nenhuma hipótese, recusar a coisa que venha desacompanhada dos documentos exigidos por lei ou regulamento, se sua comercialização for permitida.
- (D) de pessoas, o transportador responde pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, salvo se houver cláusula excludente da responsabilidade.
- (E) de pessoas, a responsabilidade contratual do transportador por acidente com o passageiro é elidida por culpa de terceiro, não cabendo, portanto, ação regressiva.



56. Elvira, devedora, com a finalidade de garantia, deseja contratar a transferência a Valquíria, credora, da propriedade resolúvel de coisa imóvel, tendo como objeto bem enfitêutico. Nessa situação, Elvira
- (A) não poderá contratar a alienação fiduciária, pois referida contratação é permitida apenas à pessoa jurídica.
  - (B) poderá contratar a alienação fiduciária, mas, por ter como objeto bem enfitêutico, será exigível o pagamento de laudêmio, se houver a consolidação do domínio útil no fiduciário.
  - (C) não poderá contratar a alienação fiduciária, pois referida contratação é privativa das entidades que operam no Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI.
  - (D) não poderá contratar a alienação fiduciária, pois o seu objeto não pode ser bem enfitêutico, mas, além da propriedade plena, apenas a propriedade superficiária.
  - (E) poderá contratar alienação fiduciária, mas, por ter como objeto bem enfitêutico, será exigível o pagamento de laudêmio, independentemente de ocorrer ou não a consolidação do domínio útil no fiduciário.

---

#### Direito do Trabalho

57. Considere a seguinte situação hipotética: Galeão trabalhava na empresa “V” na cidade de São Paulo – SP. No período aquisitivo de suas férias, solicitou a sua rescisão contratual porque iria se mudar com a família para Belo Horizonte – MG, em razão da transferência de emprego de sua mulher para a referida cidade. A rescisão do contrato de trabalho de Galeão foi devidamente efetivada. Após trinta e dois dias da formalização da mencionada rescisão, Galeão divorciou-se de sua esposa e retornou para a cidade de São Paulo – SP, solicitando a sua readmissão no emprego. Galeão foi readmitido no quadragésimo sétimo dia após a rescisão contratual. Neste caso, Galeão
- (A) não terá direito a férias uma vez que Galeão foi readmitido após o término do prazo mínimo legal previsto entre a rescisão contratual e a readmissão pela Consolidação das Leis do Trabalho.
  - (B) não terá direito a férias porque a rescisão contratual possui efeitos imediatos não importando se ocorreu a readmissão, que será tratada, em qualquer hipótese, como um novo contrato.
  - (C) terá direito a férias, uma vez que a Consolidação das Leis do Trabalho prevê que não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido dentro de noventa dias subsequentes à sua saída.
  - (D) terá direito a férias, uma vez que a Consolidação das Leis do Trabalho prevê que não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido dentro de sessenta dias subsequentes à sua saída.
  - (E) não terá direito a férias uma vez que Galeão foi readmitido após o término do prazo mínimo legal previsto entre a rescisão contratual e a readmissão pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- 
58. Com relação a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, é correto afirmar que
- (A) a composição da CIPA é prevista na Consolidação das Leis de Trabalho em dez representantes, sendo metade representantes da empresa e a outra dos empregados.
  - (B) o empregador designará, anualmente, dentre os seus representantes, o Presidente da CIPA e os empregados elegerão, dentre eles, o Vice-Presidente.
  - (C) os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem exclusivamente empregados com filiação sindical.
  - (D) os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio aberto, do qual participem exclusivamente empregados com filiação sindical.
  - (E) o mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de dois anos, vedada a reeleição.
- 
59. De acordo com o entendimento Sumulado do TST, a ocorrência de justa causa, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória,
- (A) salvo ato de embriaguez habitual ou em serviço.
  - (B) não havendo qualquer exceção.
  - (C) salvo a ocorrência de ato de desídia.
  - (D) salvo a ocorrência de condenação criminal do empregado transitada em julgado, sem suspensão da execução da pena.
  - (E) salvo a ocorrência de abandono de emprego.

- 
60. Segundo entendimento Sumulado do TST, o adicional de periculosidade incide, em regra,
- (A) sobre o salário básico acrescido de adicional noturno e adicional referente a horas extras prestadas com habitualidade.
  - (B) apenas sobre o salário básico acrescido de adicional referente a horas extras prestadas com habitualidade.
  - (C) sobre o salário básico acrescido de adicional noturno e gratificação paga com habitualidade.
  - (D) apenas sobre o salário básico e não sobre este acrescido de outros adicionais.
  - (E) apenas sobre o salário básico acrescido de adicional noturno.